



GTNM: MICROPOLÍTICA E AMIZADE

Lilia Ferreira Lobo

Universidade Federal Fluminense

liliaferreiralobo@gmail.com

Quando recebi o convite para escrever um pequeno depoimento sobre o GTNM hesitei: o que tenho para falar sobre o grupo que outros não possam falar melhor que eu? Eu que, apesar de ter estado presente na sua fundação em 1985, ainda sou muito mais uma aprendiz que militante. Com certeza, o grupo tem sido para mim uma escola de como é possível fazer uma ético-política sensivelmente crítica de distanciamento da sedutora máquina do Estado em todas as lutas contra as violações da dignidade humana. Uma estratégia potente, vigorosa e tenaz de invenção para um grupo aparentemente tão pequeno. Será, também como aprendiz que posso visitar a memória, se não me falha, dos caminhos que me levaram à aliança com este grupo.

Começo com uma questão: é possível separar o fazer político do afeto? Para a maioria do movimento estudantil do final da década de 50 que conheci na Faculdade Nacional de Filosofia (Fnfi da antiga Universidade do Brasil), parece que sim. Não apenas possível, como necessário. A doutrina, a luta revolucionária não podiam ser contaminadas pelas relações afetivas. Havia uma tonalidade machista nesta palavra de ordem, segundo a qual as meninas aderiam não propriamente pela consciência da ‘verdade da luta de classes’, mas por interesse amoroso em algum militante do Partido! E eu, na minha indigente ‘consciência política’ fui contaminada pela amizade, não ao movimento majoritário do Partido Comunista (o Partidão), mas a outro, o da Ação Católica, um movimento estudantil da JUC. Como? Eu não tinha mais nada a ver com catolicismo que já havia abandonado aos 17 anos e não queria saber qualquer religião. Aconteceu pela via dos encontros que fiz, em especial de uma grande amizade que mudou minha percepção do mundo, que produziu sentidos outros para a minha vida. Falo de Maria Regina Lisboa Lobo Leite Pereira, seu nome

de solteira, ou apenas Regina. Assim esta amizade me acompanhou, seguiu desde os meus 18 anos no curso pré-vestibular, um encontro que desencadeou uma convivência intensa, e segue na saudade que tenho dela, e vai permanecendo aqui neste relato. Foi Regina quem me aproximou da JUC.

Com os freis dominicanos, um deles me lembro bem até hoje, o frei Romeu orientador do grupo da JUC, aprendi que a vida tem algo de essencial que é a política, uma atividade nobre, quase uma virtude do viver, segundo o filósofo Tomás de Aquino. Pelo que conseguia entender naquela época, tratava-se de um pensamento aristotélico renovado pela filosofia cristã medieval. Como se pode ver, não foi pela via de Karl Marx (cujo primeiro capítulo de ‘O Capital’ só fui ler muito tempo depois) que me seduziu o fazer político! Neste momento, até o começo da década de 60, o ativismo estudantil católico foi considerado um movimento de direita, pela esquerda estudantil marxista, talvez uma direita ‘esclarecida’, mas ainda de direita. Mas como isto se desenrolou é o roteiro de uma história que retomarei mais adiante.

Nunca fui completamente integrada à JUC porque não me ‘reconverti’ ao catolicismo, aliás Regina nunca fez proselitismo religioso. Eu participava das reuniões, estudos e nos acampamentos eu dormia enquanto todos os participantes corriam para a missa. Em um desses acampamentos, alguém me acordou: ‘não vai à missa?’, virei pro outro lado e voltei a dormir. Satélite da JUC, era assim que me chamavam na Faculdade.

Regina, como ex-aluna do Colégio de Aplicação da Universidade, entrou para a faculdade e, desde o início começou seu trabalho político, que considerava mais importante do que aulas do Curso de Pedagogia. Não era uma liderança explícita, aquela dos discursos inflamados, às vezes prolixos, que aconteciam nas assembleias. Não, Regina trabalhava nos bastidores, articulava diretamente e carinhosamente com os colegas, a quem chamava *meu nego ou minha nega*, e me parecia ser capaz de adivinhar as intenções e artimanhas dos oponentes do Partidão, e assim montar estratégias de convencimento para enfrentar as eleições, em geral muito acirradas, para o Diretório Acadêmico de uma Faculdade onde funcionavam 12 cursos! Mas Regina não estava sozinha, foi um tempo em que a JUC ganhou força política, vinha crescendo em número de militantes pelo Brasil todo, talvez pela abertura maior da Igreja Católica para as questões sociais sob o papado de João XXIII. A JUC, graças em grande parte às articulações de Regina, ganhou as eleições do Diretório da FNfi

mais de uma vez, assim como lideranças da JUC ganhariam as eleições para a presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE), ‘união’ que atualmente existe apenas como uma sigla, nada mais, mas foi uma organização de estudantes em âmbito nacional, cujas lutas tiveram enorme repercussão no país. Hoje, tenho quase a certeza que este período de grande agitação política estudantil católica preparou o germe no Brasil da chamada Teologia da Libertação, doutrina **que teve expressão** na América Latina a partir de 1965, hoje completamente desautorizada pela hierarquia do clero desde a década de 80.

Em 1960 as facções políticas do movimento estudantil faziam a Faculdade de Filosofia ferver, assim também todas as unidades da Universidade do Brasil (atual UFRJ) espalhadas pelo centro da cidade, manifestações que em 1964 seriam reprimidas com violência pelo golpe militar que instituiu a ditadura.

Em 1961 nós, as duas amigas, estávamos lá na sede da UNE na Praia do Flamengo, participando do grupo constituído para a organização do ‘Primeiro Seminário de Reforma Universitária’, realizado naquele mesmo ano em Salvador. Comparecemos como representantes da UNE, levando a consigna principal a reforma universitária. Lembro que coube a mim o texto do tema para a discussão sobre a autonomia universitária. Este Seminário foi pioneiro ao levantar o tema de uma reforma nas universidades brasileiras, reforma que só seria efetivada mais tarde com a criação da Universidade Nacional de Brasília. Foram trabalhos e discussões intensas em assembleias que vararam a noite e que produziram reivindicações (algumas se bem me lembro) por maior participação estudantil na organização e na direção universitárias e pelo término da cátedra vitalícia. Ali, naquele Seminário, com a participação de estudantes das universidades de todo Brasil, uma nova liderança da JUC aflorou, Herbert de Souza, o Betinho, mineiro, olhos imensos e expressivos, franzino e carismático. Estava surgindo outro movimento político descolado da hierarquia da Igreja, portanto leigo, a AP, a Ação Popular, embora ainda pautado em documento base escrito por um jesuíta chamado padre Vaz. Logo estaríamos muitos (nem todos, porque alguns fincaram pé na direita) lendo o tal ‘Documento Base’ e ingressando na Ação Popular que, anos mais tarde após o golpe de 64, iria se desgarrar, em definitivo, de sua herança religiosa, tornando-se APML, Ação Popular Marxista Leninista.

Em meados de 61 Regina foi para o Maranhão, como professora de uma escola normal na cidade de Morros, onde permaneceu pouco tempo transferindo-se para o nascente MEB, Movimento de Educação de Base da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, como uma das coordenadoras da regional com sede em São Luiz. Me despedi dela com o desejo incerto de também me engajar no MEB do Maranhão e a certeza de que trocaríamos farta correspondência, aquelas cartas de letras miúdas, em papel de seda e envelope avião.

No começo do ano de 62 aquele desejo incerto, face ao desemprego e as histórias que Regina me contava nas cartas, me encaminharam ao palácio do bispo na Glória para me inscrever como candidata ao trabalho do MEB no Maranhão. Fiquei aguardando a resposta, temendo a incerteza da minha capacidade de deixar o abrigo certo da casa dos pais no Rio, abandonar a vida urbana ao som da bossa nova e do sol de Copacabana para enfrentar algo radicalmente novo e, ao mesmo tempo, realizar um trabalho essencialmente político na área de educação, tendo muito ainda a aprender com a minha melhor amiga. O tempo passou e a resposta não veio. Ano e meio depois soube por alguém da JUC, ligado à administração do MEB, que meu nome não passou, apesar da enorme necessidade de pessoal no longínquo Maranhão, porque eu não professava a fé católica. Desta vez, fui destituída da minha condição de ‘satélite’, mas foi uma experiência valiosa que me fez sentir, ainda muito jovem, uma ambiguidade na escolha entre a imposição social de filiação (a um partido, uma religião, por exemplo) e a minha preferência pelas alianças que sempre me pareceram mais leves. Gosto das alianças, como as amizades, por isso não me incomodava o apelido de ‘satélite da JUC’ Simples, eu era uma aliada! Como também fiz uma aliança duradoura com o GTNM, pelo sentido ético e corajoso em todas as lutas que vem empreendendo.

Naquele mesmo ano de 62, face à renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 61, depois das reviravoltas golpistas para a mudança de regime parlamentarista, João Goulart, como vice mais votado, afinal ele chega à presidência pelo regime presidencialista. Um grande projeto de alfabetização é então lançado pelo Ministério da Educação para um país na época com vergonhosos 51% de analfabetos! Tratava-se do Plano Nacional de Alfabetização, o PNA, uma expansão que seria inicialmente em nível nacional, com a previsão de implantar 20 mil novos núcleos baseados nas experiências pedagógicas dos chamados Círculos de Cultura criadas pelo professor

pernambucano Paulo Freire, com sua pedagogia crítica de educação popular, que foram também adotadas pelo MEB com práticas de educação e alfabetização radiofônicas espalhadas pelo Brasil. Logo após o golpe de 1964, o PNA foi extinto, o professor foi preso e depois exilado, e suas concepções teóricas e práticas ganharam novas experiências na América Latina, na África, trabalhou pela ONU, foi professor em Harvard, diversos livros seus foram publicados em vários idiomas estrangeiros. Retornou ao Brasil em 1980, foi premiado internacionalmente mas, entre nós, não recebeu o merecido reconhecimento. Atualmente tenho ouvido bastantes críticas quanto à sua filosofia política para a educação popular em certos meios acadêmicos. Tenho a impressão que nestes casos está presente o que se pode denominar como um ‘vanguardismo da erudição inútil’, isso era tudo o que proposta de Freire se propunha escapar, face a situação lastimável do sistema educacional brasileiro vigente ainda hoje.

Em 63 o MEB do Maranhão programou um encontro que denominou ‘Animação Popular’, prática que já vinha sendo desenvolvia em algumas regiões do estado como estratégia política de diálogo com lideranças locais através da valorização da cultura popular, trabalho nitidamente inspirado na filosofia pedagógica de Paulo Freire. O encontro reuniu participantes de núcleos do MEB de vários estados. Fascinada pelo trabalho que Regina coordenava, passei o mês de julho com um grupo de participantes, enfrentando as dificuldades imensas que eram viajar naquele tempo por estradas de terra por horas a fio num caminhão, atravessar rios até chegar ao centro de Zé Doca, pequeno vilarejo, hoje um município de mais ou menos 20 mil habitantes, na região de Pindaré, para as apresentações da festa do boi e do tambor de crioula. Mas foi em Pindaré que tive a oportunidade de assistir às reuniões de líderes lavradores e habitantes da comunidade, coordenada por Regina, todos nós sentados em caixotes. Incríveis depoimentos sobre a exploração do trabalho a que estavam expostos quando descreviam sua rotina diária e pautavam suas reivindicações. Foi lá, nas reuniões sentados nos caixotes, que conheci o Conceição, o maior líder local, preso e torturado pela ditadura e, muitos anos depois agraciado com a Medalha Chico Mendes de Resistência e, naquela oportunidade referiu-se à Regina como “sua professora de política”. Foi minha também...

De volta ao Rio, iniciamos um grupo de trabalho aliado à AP e ao PNA, após as aulas de formação com os professores do Recife e as conferências de Paulo Freire

no Rio, para organização de dois ‘círculos de cultura’ na favela da Rocinha, já na época considerada a maior favela do Rio de Janeiro. Todo esse trabalho foi desmantelado logo após o golpe de 64. Tivemos a ‘honra’ de termos sido citados pela Revista da Seleções (da americana *Readers Digest*), em um artigo intitulado “A nação que salvou a si mesma”, como estudantes comunistas expulsos da favela pelos seus habitantes!

Todo o trabalho do MEB, principalmente na região do nordeste foi desmantelado após o golpe militar (hoje já se sabe da efetiva participação civil de empresários no golpe e na manutenção da ditadura). Todo o grupo MEB do Maranhão fugiu sob a ameaça de prisão e Regina veio de volta ao Rio e outras coordenadoras e, entre elas, outra amiga Maria de Lourdes Siqueira, a Lourdinha.

Esta época pós-ditadura foi um tormento. Fica cada vez mais difícil continuar remexendo as memórias daquele tempo. Passei a participar de ações da APML como distribuir panfletos nas ruas, reuniões de estudo sobre marxismo, emprestar meu fusca para retirar o Betinho, uma das vezes, para fora do Brasil. Junho de 1968, a passeata dos cem mil: estava lá grávida caminhando da candelária à Cinelândia no final do ano outro golpe: o Ato Institucional nº 5, o fatídico AI 5. Passamos então para outra organização: a VAR Palmares (Vanguarda revolucionária Palmares). Regina passou para clandestinidade, com acalentado o sonho de muitos militantes que acreditavam com paixão em uma vanguarda revolucionária seria capaz de derrubar ditadura e instituir um regime socialista de igualdade social no Brasil. Encontrava-me com Regina clandestinamente porque ela conhecia meus trajetos no Rio e meus horários. Ela me contava fatos, mas omitia nomes por segurança. Uma vez choramos juntas a morte do capitão Lamarca, quando me contou os horrores da sucessão de torturas e mortes na caçada de Lamarca pelas forças da repressão. Quando voltou do encontro de dirigentes da Var no Recife, queixou-se das disputas de vaidades e do machismo que dominavam a organização. Ela me parecia crítica em relação ao centralismo autoritário da organização. Estes são apenas alguns exemplos resumidos das dezenas de nossos encontros. Cheguei a oferecer à Regina, em um destes encontros, a possibilidade de sair do Brasil, que eu talvez conseguisse através de alguns contatos, mas ela se recusou. Ela parecia ter certeza que a luta venceria e traria vida melhor para a maioria da população sofrida do Brasil. Vida melhor para criar suas duas filhas. Sonho generoso, mas impossível.

Mesmo cética quanto à possibilidade da derrubada da ditadura pela luta armada, desconfiando do vanguardismo da grande maioria das organizações da luta armada e, me recusando à clandestinidade por uma luta que já considerada perdida, virei uma PB, para os militantes da clandestinidade uma ‘pequena burguesa’. Mesmo assim continuei em trabalhos de risco como cobrir pontos para passar informações, contatar advogados, abrigar militantes (como Aderbal Coqueiro que seria banido do Brasil em 1970) para passarem a noite na minha casa.

Em janeiro de 1971 uma amiga comum, Maria de Lourdes Siqueira, a quem já me referi quando falei do MEB, andava afobada para alugar um apartamento e fazer sua mudança antes de sua viagem ao Recife a trabalho pelo INCRA. Sabia que ela era também militante da Var, mas desconhecia os motivos de sua pressa. Passei a ajudá-la com meu fusca a visitar vários endereços de apartamentos para alugar. Ela finalmente conseguiu um no Cosme Velho e viajou. Mas, logo eu saberia que este local serviria de guarida ao banido que retornou clandestino ao Brasil muito antes do esperado. Assim a pressa de Lourdinha se justificava porque se tratava de Aderbal Coqueiro que precisava com urgência de um local provisório como esconderijo. Encontrei a solução ao pedir a chave do apartamento de meu ex-marido no Leme. Quando Coqueiro finalmente instalou-se no apartamento do Cosme Velho aquilo virou uma praça de guerra. Coqueiro foi morto na frente de Dona Albertina, mãe de Lourdinha, que foi presa e uma reportagem em jornal, não me lembro qual, publicou a seguinte manchete na primeira página em letras garrafais: “Terrorista viaja e abandona mãe analfabeta e faminta”. Dona Albertina foi solta de maneira angustiante sem saber onde estava e se sentir perdida numa cidade grande e para ela completamente desconhecida como o Rio de Janeiro.

Lourdinha foi presa no Recife em fevereiro de 1971 e enviada para o Dops do Rio de Janeiro, encaminhada depois para a prisão no DOI CODi da rua Barão de Mesquita. Evito mencionar as sessões de tortura que ela sofreu, porque remexer na memória para produzir este relato não está sendo nada fácil. Estou omitindo detalhes de propósito e/ou por falhas de memória. Ainda bem, a memória seletiva nos salva das críticas à incompletude, à perspectiva supostamente enganosa dos fatos.

Durante tempo em que Lourdinha esteve presa, continuei me encontrando com Regina pelas ruas do Rio e ouvindo os relatos da dureza de sua vida de fugitiva em tempo integral e de todos aqueles que caíram na clandestinidade. A primeira

providência era levá-la para comer e me lembro das vezes em que estivemos no restaurante La Mole, onde ela devorava um prato de carne chamado ‘Bife a Oswaldo Aranha’. Em nossos encontros eu levava roupas, dinheiro que recolhia (pouco), sapatos que comprava nas liquidações de Copacabana, sem esquecer as caixas de bombons que eu sempre guardava na bolsa. Ela me contou da separação de seu ex-marido, das circunstâncias da morte dele em Recife, e das vezes em que conseguiu fugir e visitar as filhas no sítio de sua irmã Maria Alice. Eu ficava na expectativa de encontrá-la e de marcar outro encontro, mas me despedia sempre com a sensação de que nunca mais iria vê-la. Um dia isto de fato aconteceu. Nosso último encontro foi em dezembro de 1971, porque Lourdinha havia saído da prisão e ia morar comigo. Era um risco que eu não poderia correr. Mas eu escapei.

Regina foi torturada e morta em 7 de abril de 1972 pela ação repressiva da ditadura militar da Chacina de Quintino no Rio de Janeiro, ocorrida no dia 29 de março de 1972.

Um dia, nas andanças de nossa juventude, quando reclamei que ela fumava demais e que podia ficar doente ela me disse que não ia viver muito. Tinha só 33 anos.

Para finalizar:

Reverendo tudo que acabei de escrever, acho que fiquei devendo ao leitor um pouco mais do que uma justificativa para o título que escolhi: Micropolítica e Amizade. O que entendo por micropolítica? À primeira vista parece tratar-se das relações políticas do cotidiano, de nossas pequenas ações. Mas não é apenas isso, trata-se do desmantelamento de qualquer centralização de poder em nossas pequenas ou grandes ações, não somente da grande máquina de governo do Estado que se apodera de tudo, mas do desmantelamento do Estado em nós mesmos. E a amizade pode fazer ruir nossas certezas endurecidas e abrir novos poros para o viver. E isto requer o exercício de uma prática também coletiva, frágil, arriscada e corajosa, sem qualquer garantia de permanência, que eu tenho visto acontecer em muitos momentos no Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro.

Com uma saudade que reinventa uma amizade que se foi, fico por aqui.

Lilia Ferreira Lobo: Doutora em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente é professora associada do Programa da Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. E-mail: liliaferreiralobo@gmail.com

Artigo recebido para publicação em: Fevereiro de 2018.

Artigo aprovado para publicação em: Março de 2018.

Como citar:

LOBO. Lilia Ferreira. GTNM: Micropolítica e Amizade. **Revista Transversos. “Dossiê: Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro: três décadas de Resistência”**. Rio de Janeiro, n.º. 12, pp. 175-183, Ano 05. abr. 2018. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2018.33659

